

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Diário de CuritibaClass.: 70Data: 14/07/89

Pg.: \_\_\_\_\_

## A Funai pode ser conivente com escândalo

A denúncia de extração de madeira ilegal em áreas indígenas com a conivência da Fundação Nacional do Índio, que teria firmado contratos com as empresas Mehl Florestal da Amazônia Ltda, Brasflorest - Comércio e Exportação de Madeira, Madeireira Várzea Grande e Simionatto e Simionatto, está sendo apurado pelo Poder Público. O assessor jurídico da Funai, José Corbelino, alega que os contratos sequer foram viabilizados, mas, se caso ficar apurada a veracidade das denúncias, os danos serão ressarcidos através de uma indenização paga em dinheiro.

(Pág. 5)

# Funai poderá ter contratos cancelados

O escândalo da madeira envolvendo a Fundação Nacional do Índio que firmou contrato com as empresas Mehl Florestal da Amazônia Ltda, Bras Florest, Comércio e Exportação de Madeira, Madeireira Várzea Grande e Simionatto e Semionatto, permitindo a retirada ilegal da madeira das aldeias indígenas localizadas no Vale do Guaporé, no total de 109-mil metros cúbicos, continua sendo apurado pelo Ministério Público, que moveu uma ação contra a Funai e as empresas, objetivando anular os contratos, por considerá-los causadores de danos ao meio ambiente, bem como as áreas indígenas.

Os contratos, segundo denúncias, foram firmados entre a Funai e as empresas, que em contrapartida garantiam a construção de benfeitorias nas áreas indígenas

como escolas, abertura de estradas, compra de veículos e outros. Segundo o assessor jurídico da Funai, José Corbelino que falou vagamente sobre o assunto, alegando que não tinha autorização para fazer pronunciamentos, as denúncias de que os contratos são ilegais não procedem, uma vez que os mesmos foram assinados pelo então presidente do órgão, Romero Jucá Filho, bem como pelo superintendente Eraldo Silva.

Por outro lado, ele está tentando na sua defesa, fazer crer que os contratos nem sequer foram viabilizados, pois o ex-superintendente da Funai, Nilson Campos (afastado do cargo, tão logo o escândalo foi denunciado) através das portarias 444 e 445, anulou-os documentos. Mas, para o Poder Público, o ex-superintendente não tem competência para anular con-

tratos assinados pelo presidente do órgão, de forma apressada e ao arrepio da lei.

Corbelino faz questão de frisar, que as empresas não conseguiram retirar madeira das áreas indígenas com a conivência da Funai. Quando indagado à respeito das denúncias, dando conta de que a área de Tenente Marques foi uma das mais atingidas pela extração ilegal da madeira, ele mais uma vez afirmou que todas as denúncias estão sendo apuradas pelo Poder Público e que não tem autorização para fazer comentários.

Mas, de acordo com decisão do Poder Público, caso fique apurada a veracidade das denúncias de retirada ilegal de madeira pelas empresas, com a conivência da Funai, os danos serão ressarcidos através de uma indenização paga em dinheiro.